

# TEORIA *QUEER* COMO PROPOSTA EDUCATIVA DE RESISTÊNCIA À NORMALIZAÇÃO.

Rosângela Labre de Oliveira  
Renata Silva Pamplona

**Resumo:** O presente artigo se propõe a realizar uma problematização sobre o possível rompimento com a normatividade presente na educação brasileira, a partir de uma educação subversiva, inclusiva e de resistência no viés da pedagogia *queer*. Essa proposta é uma perspectiva de desconstrução do projeto normativo da educação, o qual possui como objetivo fazer a análise do conceito de educação *queer* e propor como estratégia, um currículo construído com a presença e resistência dos sujeitos das múltiplas identidades e diferenças, possibilitando pensar a construção de novas pedagogias. Trata-se, portanto, de um trabalho fundamentado na perspectiva pós-estruturalista, desenvolvido como pesquisa qualitativa através de uma revisão bibliográfica. Metodologicamente optou-se pela análise do discurso arqueogenealógico para fazer uma reflexão sobre as posições em jogo no processo sócio-histórico que as relações de poder/saber são construídas na educação. Primeiramente será apresentado os modos de produção da normalidade e da diferença na educação institucional escolar, identificando os dispositivos usados na relação do saber/poder que compõe o projeto educacional normalizador. Posteriormente faz-se uma análise de como se operacionalizam os dispositivos discursivos da educação na normalização dos corpos, gêneros e subjetividades das/dos estudantes para a construção da heteronormatividade. Em um terceiro momento procura-se analisar as elucidações pertinentes à teoria/pedagogia *queer* apresentada pela educadora brasileira Guacira Lopes Louro e o possível rompimento com o projeto normatizador que exclui os sujeitos da diferença. Em todo o percurso são utilizados os conceitos foucaultianos como ferramentas que desvelam o não dito e faz pensar sobre uma teoria *queer* capaz de erigir uma educação resistente às perseguições, preconceitos e normalizações, que possibilite a criação de uma educação voltada para diversidade e multiplicidade.

**Palavras-chaves:** normalização, pedagogia *queer*, resistência.

**Abstract:** This article proposes to accomplish a problematization about the possible rupture with the normativity present in Brazilian education, from a subversive, inclusive education and of resistance in the bias of *queer* pedagogy. It aims to analyze the *queer* education concept and propose as strategy, a curriculum

built with the presence and resistance of individuals of multiple identities and differences. The research is based on the post-structuralist perspective, developed as a qualitative research through literature review. Methodologically, we opted for the analysis of the archeogenealogical discourse to reflect on the socio-historical process in which power/knowledge relations are built in education. Foucauldian concepts are used as tools that reveal the unsaid and make us think about a queer theory capable of erecting an education resistant to persecution, prejudice and normalization, which enables the creation of an education for diversity and multiplicity.

**KEYWORDS:** Normalization. queer pedagogy. Resistance.

## INTRODUÇÃO

O tema da educação para a diversidade de gênero e sexualidades é um assunto debatido nos espaços acadêmicos e nos movimentos sociais defensores das alteridades. No entanto, no espaço educacional, principalmente na Educação Básica, as questões de gêneros e sexualidade não são amplamente trabalhadas como componente do currículo escolar no cenário brasileiro. Há resistência por parte das/dos docentes em falar sobre o assunto, seja por medo, desconhecimento, ou preconceito que sustentam discursos conservadores e excludentes. Educar para diversidade, precisa passar por uma teoria que compreenda os processos de construção da identidade e da diferença dentro das relações de poder e saber. Problematizar a educação normalizadora e a educação *queer* é uma forma de oferecer fundamentações teóricas para que docentes se sintam confiantes em trabalhar, refletir e acolher as/os discentes em suas individualidades. É possibilitar uma educação que nos ensine a viver e conviver não somente com a diversidade, mas principalmente, aprender que as diferenças são constitutivas dos sujeitos, e que as multiplicidades sexuais e de gênero não devem pertencer a um currículo oculto, devem ser trabalhadas e tratadas de modo equânime.

O referencial teórico deste trabalho está fundamentado nas obras de Michel Foucault (1979, 1990, 2002, 2008) para conceituar os modos de subjetivação pelo viés da relação saber/poder e os dispositivos dos processos educacionais problematizados por Guacira Lopes Louro (1997, 2001, 2007, 2008, 2018, 2019, 2021), Tomaz Tadeu da Silva (1999, 2000, 2005), entre outros estudos pertinentes ao eixo epistemológico aqui eleito; sendo que a proposta é pensar

uma resistência a esses processos educacionais normativos a partir da teoria *queer*, pedagogia *queer* e currículo *queer*.

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo, problematizar os modos que se produz a normalidade e a diferença na educação formal institucionalizada no Brasil, analisando como se operacionalizam os dispositivos nas relações de poder/saber, e um possível rompimento com o projeto normalizador, tendo a educação *queer* como dispositivo e força articuladora.

No primeiro momento do artigo é explicitado o funcionamento de um projeto normalizador que constrói identidades, incluindo os sujeitos da norma e excluindo os sujeitos da diferença. No segundo momento propomos analisar uma educação subversiva, inclusiva e de resistência, conhecendo a teoria *queer* a partir do pensamento de Guacira Lopes Louro<sup>1</sup> e pesquisadores do campo de estudo de gênero e sexualidade. No terceiro momento é feita uma provocação sobre uma proposta de um currículo *queer*, capaz de questionar a dominação que acontece nas grades curriculares de uma rede de dispositivos discursivos, legais, arquitetônicos, baseados na heteronormatividade. Ensaia um dismantelar no projeto normalizador da educação com a proposta de um currículo que produza saberes pela convivência, aprendizagem e respeito às diferenças de gêneros e multiplicidade sexuais. Seguindo o mesmo escopo que ressalta ser necessário “colocar em situação embaraçosa o que está estável naquele “corpo de conhecimentos” enfim fazer uma espécie de enfrentamento das condições em que se dá o conhecimento” (LOURO, 2021, p. 60). Desta forma, possibilita pensar a construção de uma educação com novas pedagogias, construídas com todos e todas, em uma perspectiva de educação para a libertação e conscientização dos diferentes modos de aprender e ser.

## **A EDUCAÇÃO NORMATIVA: DISPOSITIVOS, DISCURSOS, SABER E PODER QUE PRODUZEM IDENTIDADES NORMALIZADAS**

---

<sup>1</sup> Doutora em educação e professora titular aposentada do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi fundadora do GEERGE (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero) e participa deste grupo de pesquisa desde 1990. Pesquisadora dos estudos de gênero, sexualidade e teoria *queer* em articulação com o campo da Educação. Suas pesquisas atuais voltam-se para estudos *queer*, cinema e pedagogias da sexualidade.

Como seres sociais as pessoas convivem e aprendem desde muito cedo a serem consideradas como cidadãs normais, adequadas e harmônicas ao corpo social e cultural em que estão inseridas. A normalidade foi construída a partir dos princípios religiosos e posteriormente pelos saberes científicos, e em ambos, estão vinculados ao corpo e a conduta dos sujeitos. Desta forma, o cidadão normal é aquele que possui um corpo produtivo e segue as condutas ensinadas como corretas. Em *Vigiar e Punir* (Foucault, 2002) e em *História da sexualidade: a vontade de saber* (Foucault, 1990), o autor demonstra a relação existente entre as ciências e as relações de poder para explicar o surgimento de uma nova forma de dominação, que através da disciplina, passa a ordenar as multiplicidades, ou seja, cria-se um conjunto de estratégias para se constituir os sujeitos baseados no binômio normal e anormal. A partir do século XVIII os saberes científicos passaram a produzir descrições minuciosas sobre o sujeito, considerando um cidadão normal, aquele ou aquela que possuem atitudes, maneira de ser e de se comportar, aceitas socialmente. O processo de normalização “consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz.” (FOUCAULT, 2008, p. 75).

O cidadão normal, a partir da sociedade moderna, é aquele que segue as condutas ensinadas, desenvolve habilidades funcionais de produção e passa por processos educacionais com técnicas pedagógicas dirigidas para a normalização, ou seja, é o sujeito formatado por dispositivos que estão espalhados por toda a sociedade. São esses dispositivos que criam as normas e pode ser conceituado como um “conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 1979, p. 244). Esses dispositivos têm se constituídos e mantidos historicamente, cada período em uma dada sociedade, ele se aperfeiçoa, instaura fronteiras, separa, exclui e segrega, todos os considerados desviantes. Trata-se de uma minuciosa e articulada tarefa de ensinamentos e sujeição, que acontecem o tempo todo, por meio de práticas pedagógicas e culturais, em forma de ensinamentos da educação formal (escolas) e não formal (família, igreja, lazer). De acordo com Pamplona (2017, p. 246) “Por meio dessa diferenciação, ou relação, entre seres vivos e os dispositivos, resulta o sujeito, o qual é atravessado por inúmeros e diferentes dispositivos, os quais operam a arquitetura de uma multiplicidade de subjetividades”.

Nessa teia de ensinamento, via dispositivos, opera-se o campo normativo de gênero e sexualidade das/nas instituições formais de educação, ou seja, da construção desse processo normalizador da heteronormatividade, que é um braço do projeto normalizador da educação formal institucional. São nas instituições educacionais que acontecem as articulações dos dispositivos de controle dos corpos, as definições das normas e a disciplina, que articuladas, ensinam condutas baseadas na moral dicotômica do sexo feminino e masculino. Esses dispositivos são valorizados e aceitos socialmente porque são hegemônicos nas relações de poder/saber, segundo Foucault (1979) esse poder disciplinar e produtivo das subjetividades se mantém porque a sociedade, compreende a disciplina como algo positivo, não percebe que ele “produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. (FOUCAULT, 1979, p. 8). São os discursos preconceituosos e homofóbicos produzidos pelos jogos de poder de uma educação sexista, que ensina via práticas cotidianas, brincadeiras, comportamentos, atividades e habilidades para meninos e meninas, separando os gêneros e aperfeiçoando uma educação para heteronormatividade e cisgeneridade. Essa categoria de educação sexista é homofóbica e desconsiderada a homossexualidade, transexualidade, são produzidos no espaço educacional discursos e dispositivos que subjagam, ofendem, humilham, marginalizam e excluem aqueles e aquelas que não se enquadram nesse modelo. Esse processo configura na criação de preconceitos e violências com as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queers*, intersexos, assexuais e outras formas de ser e existir em relação ao gênero e sexualidade. A construção educacional e cultural que é positiva para a heterossexualidade e negativa sobre a homossexualidade, historicamente se estrutura por alguns pilares, entre os quais por discursos, a princípio produzidos pela igreja, como pecado, heresia ou erro de conduta e, posteriormente, pela medicina, que veio legitimar um outro discurso, muito mais totalizante, porque em nome de uma ciência da saúde, associou a homossexualidade à questão patológica. Em 1870 “os psiquiatras começaram a fazer da homossexualidade um objeto de análise médica” (FOUCAULT, 1979, p. 541), desencadeando crenças e influenciando a apropriação médica dos comportamentos sexuais desviados da norma. Em 1886, pela autoria do sexólogo (médico) Richard von Krafft-Ebing<sup>2</sup>, a homossexualidade é colocada na lista de doenças. Somente no ano de 1990 a OMS (Organização Mundial de Saúde) se posiciona afirmando que a homossexualidade não se configura como doença, muito embora os discursos que endossam tal caráter patológico continuam

---

<sup>2</sup> Foi um psiquiatra alemão, professor de psiquiatria na Universidade de Estrasburgo. Foi pioneiro na introdução dos conceitos de sadismo, masoquismo e fetichismo no estudo do comportamento sexual humano, em sua obra *Psychopathia Sexualis*, publicada em 1886.

se propagando por parte dos grupos preconceituosos da sociedade, entre os quais profissionais da saúde e educação. Esses discursos produziram e produzem certas verdades no imaginário social, são grupos que por meio de práticas discursivas, produzem sentidos e representações que se tornam verdades e subjetividades normalizadas. Segundo Foucault (1990, p. 100), existe a “incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e poder”. Dessa forma, é nas relações que acontecem uma luta constante dos dois polos de poder, de um lado os que se enquadram nesse projeto e do outro lado, os que resistem. Para Louro (2019), historicamente existe essa bipartição na sociedade entre aqueles que seguem a norma e os desviantes da norma. Nas instituições educacionais formais essa bipartição existe de forma velada, pois há na estrutura escolar, demarcações de fronteiras, territórios, separações, privilégios, inclusões e exclusões. Para aqueles que seguem as normas, aplausos e aprovações, e para os desviantes das normas, punições e reprovações que favorecem todos os tipos de regulações e preconceitos sobre a sexualidade.

De acordo com Foucault (1990) a sexualidade é um dispositivo histórico de poder que insere um sistema de regulação social que é colocado em funcionamento por meio de uma teia discursiva, propagada e aplicada pelas instituições educacionais. Esse processo acontece desde os conteúdos, atividades, disciplinas, metodologias, avaliações, regulamentos, ou seja, aquilo que é dito e escrito, como também, pelo que não é dito, mas é representado e aceito como normal, que são os modos de ser masculino e feminino. Dinis (2014) afirma que esse dispositivo da sexualidade se configurou em uma ampla produção de uma verdade, que se “constituíram como norma a monogamia heterossexual e passaram a preocupar-se com o controle das sexualidades fugazes a esse padrão, aquelas consideradas como aberração, loucura, desequilíbrio, como a homossexualidade”. (DINIS, 2014, p. 225). Portanto, esse dispositivo da sexualidade produz nas instituições educacionais formais, o normal e o desviante, contribuindo na construção social da heteronormatividade. Por meio das normas ensinadas e reproduzidas esse processo se naturaliza, porque “a norma não emana de um único lugar, não é enunciada por um soberano, mas, em vez disso, está em toda parte, ela expressa-se por meio de recomendações repetidas e observadas cotidianamente, que servem de referência a todos” (LOURO, 2008, p. 6).

Normalizar passa a ser, uma forma de demarcar fronteiras por meio das oposições binárias, ou seja, de um lado, o desejável e legítimo: homem e mulher, obediente, comportado, habitual, e do outro lado, o ilegítimo: gays e lésbicas, travestis, transexuais, desobediente,

indisciplinado, anormal etc., considerando que essas e tantas outras oposições, servem para fazer as distinções sociais e classificações. Silva (2000) afirma que essas distinções e classificações é uma forma de ordenar o mundo social e atribuir privilégios para determinados grupos, as relações entre identidade e diferença determina quem fica dentro e quem fica fora. Aqueles que se adequam às normas, são nomeados com atribuições positivas e são incluídos: os homens brancos, cristãos, heterossexuais e elites, e os que não seguem a norma: negros, ateus, trans, travestis, homossexuais e pobres, recebem imputações negativas, indicando as posições dos sujeitos, que serão fortemente marcados nas relações de poder.

## **TEORIA *QUEER* E PEDAGOGIA *QUEER***

A perspectiva pós-estruturalista é um movimento intelectual e filosófico que surge com o propósito de superar e desconstruir a constituição dos sujeitos, de suas identidades e representações sociais. Essa teoria nasce a partir de dois acontecimentos, de acordo com Peters (2000) o primeiro acontecimento ocorreu com a criação do termo pós-estruturalismo, que nasce nos Estados Unidos em 1966, como forma de oposição dos intelectuais estadunidense às ideias estruturalistas, o segundo foi a concepção da teoria pós-estruturalistas que se constitui de um movimento coletivo dos intelectuais franceses. Essa perspectiva passou a instigar e questionar as concepções biológicas, psicológicas, históricas, sociais e culturais, ensaiando a desconstrução das verdades absolutas sobre o mundo. São exemplos de pensadores que servem de referências e inspiração para esse movimento: Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger, Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Michel Foucault, entre outros.

Os estudos pós-estruturalistas, problematizam os questionamentos sobre a maneira pela qual a sociedade encontra-se estruturada com um processo de dominação que ultrapassa as questões de rico/pobre, opressor/oprimido, explorador/explorado, pois incluem outras formas de dominação, como as voltadas para a homossexualidade, gênero, raça e etnia, (SILVA, 2005). Desta forma, o pós-estruturalismo baseia-se em uma ampla perspectiva de desconstrução que se ramifica, segundo Furlani (2007), em Teoria do Discurso, Estudos Culturais e Teoria *Queer*.

A teoria *queer* é uma vertente do pensamento ocidental contemporâneo que se constituiu a partir da “produção de um grupo de intelectuais que, ao redor dos anos 1990, passam a utilizar esse termo para descrever seu trabalho e sua perspectiva teórica” (LOURO, 2021). Essa teoria

surgiu nos Estados Unidos em oposição aos estudos sociológicos sobre as questões de gênero e sexualidade. De acordo com Miskolci (2009) ela surge em departamentos não associados às investigações sociais da filosofia e da crítica literária, e passa a ter força no campo teórico, a partir da apresentação do seu objeto de análise: a dinâmica da sexualidade e do desejo na organização das relações sociais, nas conferências em Universidades da Ivy League. Essa vertente de pensamento passou a ser nomeada como Teoria *Queer* “por Teresa de Lauretis, feminista italiana radicada nos Estados Unidos” (MISKOLCI, 2014) e, denomina uma corrente de pensamento que radicaliza as questões sobre a sexualidade.

É a teoria social contemporânea que traz a resistência à norma no próprio termo “*queer*, um xingamento que denotava anormalidade, perversão e desvio, servia para destacar o compromisso em desenvolver uma analítica da normalização” (MISKOLCI, 2009). Uma teoria que compreende a sexualidade como construção social e histórica e propõe uma ação contrária e perturbadora dos pressupostos normalizadores.

Queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade proposta pela política de identidade do movimento homossexual dominante. Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora (LOURO, 2021, p. 36).

Embora o conceito e formulações teóricas iniciais, surgiram com os movimentos homossexuais, esse conceito se amplia e cria forças dentro de um quadro mais amplo do pós-estruturalismo, o qual se ramifica com os estudos que vão além das questões entre heterossexuais e homossexuais, baseiam-se também na perspectiva de desconstrução, como é o caso da teoria dos Estudos Culturais e da teoria do Discurso. No entanto, a *Teoria Queer* vem alinhar um questionamento sobre outras formas de dominação em que “o mapa do poder é ampliado para incluir os processos de dominação centrados na raça, etnia, no gênero e na sexualidade” (SILVA, 2005, p.149). Ou seja, vem propor não somente uma análise da realidade a partir das experiências vivenciadas pelos diferentes sujeitos, mas romper com os processos de dominação, desconstruindo os saberes que são produzidos e normalizados culturalmente na sociedade, constituindo subjetividades.

Essa nova perspectiva intelectual e política começa a ser discutida no Brasil a partir da década de 2000, quando pesquisadores de várias áreas do conhecimento ensaiam uma ruptura com



a produção sobre a sexualidade. O artigo “Teoria *Queer*: uma política pós-identitária para a educação” (2001) de Guacira Lopes Louro é um dos primeiros artigos a ser publicado e é uma referência sobre a teoria *queer* e a educação. Para Louro (2021, p. 55) o rompimento com a sociedade normalizadora e excludente, é possível no contexto da teoria *queer*, que propõe um jeito novo de conhecer e pensar às práticas institucionais, discursivas e não discursivas, ensaiando uma política de conhecimento cultural, capaz de construir uma educação onde as relações de poder sejam menos desiguais, com a presença e participação de todos os sujeitos, ou seja, uma pedagogia *queer*.

A pedagogia *queer* é fortemente discutida no Brasil a partir do pensamento de Louro (2021) que tem como referência o conceito da teoria *queer*, como proposta de uma educação inclusiva, construída pela resistência dos sujeitos da diferença ao sistema heteronormativo, heterocentrado, patriarcal, misógino, elitista e branco. A pesquisadora brasileira se dedica às questões de gênero, sexualidade e estudos *queer*, quase sempre pensados pelo campo da educação.

A autora vem problematizando a maneira como a educação, docência e sociedade tem lidado com a dimensão das alteridades, apresentando como estratégia a subversão das normas que rompe as barreiras de uma educação culturalmente disciplinar, baseada em dispositivos de controle, que vão desde o sinal de entrada, vestimentas, modos de se comportar, documentos regimentais e currículo, um aparato que serve para sustentação de manuais a serem seguidos por todos os sujeitos da escola. São tradicionalmente aplicados: saberes, métodos e técnicas normalizadoras que criam fronteiras, inventam distinções e excluem. A pedagogia *queer* rompe com o binarismo e pensa uma educação que respeite o desejo, sendo plural, múltipla e inclusiva, que ultrapasse a dimensão do poder disciplinar, o biopoder, e opere via resistência e forças inventivas das subjetividades. Para isso, LOURO (2018), propõe pensar uma educação em que a existência da diferença seja feita pelos sujeitos *queer*, desafiando a edificar uma inversão dos discursos, numa relação dialógica e resistente, com novas possibilidades pedagógicas não-normativas dos corpos, gêneros, sexualidade, identidades e do pensamento.

Para perturbar um pouco esta ordem, apenas como um exercício, proponho que experimentemos inverter essas posições e que imaginemos o que aconteceria se quem é representado desse modo subordinado tivesse o direito de falar de si mesmo e por si mesmo. Esses sujeitos deixariam, então, de ser “os outros”. Ninguém é, afinal, essencialmente diferente, ninguém é essencialmente o outro; a diferença é sempre constituída a partir de um dado lugar que se toma como centro e como referência. (LOURO, 2018, p. 65).

Para romper com a pedagogia tradicional, permeada de referências hegemônicas específicas, hostil às diferenças, a proposta é empoderar os sujeitos “*queer*”, no interior das instituições educacionais, como estratégia para constituir o seu lugar de fala, sem as menções normalizadoras, mas tendo como foco uma educação libertária e subversiva, capaz de refletir sobre o conhecimento, identidades e subjetividades. Um ensaio que ultrapasse o esquema binário de homem/mulher, normal/diferente, heterossexual/homossexual, branco/negro, e tantas outras formas de classificação e exclusão.

Essa possibilidade de transformação a partir desses sujeitos, não será concedida por governos mais conservadores ou ultraconservadores, que possuem políticas voltadas para a normalização, enquanto governos progressistas são inclinados e parceiros de um projeto de desconstrução dos enquadramentos normativos, podendo contribuir para uma educação das diferenças. Embora seja imprescindível apontar que a teoria e pedagogia *queer* não se vincule às filiações partidárias ou governamentalidades, antes, atuam em constatare questionamento de todas as formas de governo e captura. É substancialmente os corpos e as falas dos sujeitos da diferença que desconstruirão a referência normalizadora, tecida na trama social que almeja identidades palatáveis. Louro (2021) explica que os sujeitos *queer* são os corpos estranhos que incomoda e desafia as normas reguladoras da sociedade, os desviantes da sexualidade: homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags, os estranhos, ridículos e excêntricos que não querem ser integrados no projeto normalizador. Portanto, a desconstrução pela presença, será um dispositivo necessário para combater a ignorância e obter conhecimentos sobre as estratégias, os procedimentos e atitudes que existem na relação do poder-saber *das*, e *nas* estruturas educacionais.

A ausência ou silenciamento dos sujeitos considerados diferentes nas escolas é uma forma de gerar ignorância, invisibilidade, uma estratégia que não é nada inocente, não é “neutra, nem um estado original, mas em vez disso, ela é um efeito – não uma ausência – de conhecimentos” (BRITZMAN, 1996, p.91), ao contrário, a ausência das diferenças é uma produção de um certo tipo de conhecimento, que impossibilita os modos de conhecer a diferença. Desta forma, a presença da diferença, dos sujeitos *queer* nas estruturas educacionais, passa a ser também, uma estratégia de produção de conhecimentos que subverte as estruturas educacionais, o currículo, os programas, projetos e planos normativos. Portanto, praticar uma pedagogia *queer* é perturbar as formas convencionais de pensar e conhecer as relações sociais dentro das instituições, com uma proposta

que exige “novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação” (LOURO, 2021, p. 44). Desta forma, cria-se uma provocação de des/construir práticas discursivas que constituirá novos saberes discursivos nos sistemas de informações, colocando em funcionamento a “produção de verdades que nos unem e nos atam” (FOUCAULT, 2008, p.229). É na instauração desconstrutivas dos discursos de verdades que os sujeitos se apropriam de um saber que lhe concede poder, ensaiando um confronto mais justo nas relações de poder/saber da educação formal.

Esse pensamento clássico de gênero que historicamente construiu a sexualidade aceita (heterossexuais) e a sexualidade negada (homossexuais) passará a ser desestabilizado pelo próprio dispositivo da sexualidade dos sujeitos da diferença, por aqueles que conhecem a história dos dispositivos normativos e que pela presença e resistência, vão esboçando o seu direito de ser o novo, estranho, esquisito, *queer*, o que Deleuze (2015) chamou de actual, ou seja, o que vamos nos tornando através dos próprios dispositivos.

Pertencemos a dispositivos e neles agimos. À novidade de um dispositivo em relação aos que o precedem chamamos actualidade do dispositivo. O novo é o actual. O actual não é o que somos, mas aquilo em que nos vamos tornando, aquilo que somos em devir, quer dizer, o Outro, o nosso devir-outro. É necessário distinguir, em todo o dispositivo, o que somos (o que não seremos mais), e aquilo que somos em devir: a parte da história e a parte do actual. A história é o arquivo, é o desenho do que somos e deixamos de ser, enquanto o actual é o esboço daquilo em que vamos nos tornando (DELEUZE, 2015, p. 92-93).

É a partir dessa perspectiva do que podemos ser, utilizando dos dispositivos da sexualidade, que se constrói, de forma subversiva, a estratégia pedagógica do *actual*, do diferente, que não será para “descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que promover novas formas de subjetividade, através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há séculos” (FOUCAULT, 1995, p. 239). Subverter, investigar e descobrir “um modo novo de conceber as identidades sociais ou subjetivas, mergulhadas num relativismo bastante radical, dado por esse jogo permanente dos sentidos” (FISCHER, 2001, p. 200). Esse é um projeto de desconstrução que passa pelo manifesto da diferença e da criação de um currículo para uma pedagogia *queer*.

## **O CURRÍCULO DA PEDAGOGIA *QUEER***

Repensar as questões em torno do currículo é uma tentativa de dismantelar as redes curriculares de um sistema constituído nas estruturas normalizadoras para enquadrar os diferentes

em um projeto normalizador. O discurso de educação para a diversidade nas instituições educacionais ampliou com o evento da educação inclusiva e com a politização dos grupos minoritários (étnico, de gênero e etc.), entretanto, houve um apagamento de temas referentes a gênero e sexualidade na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que regulamenta a estruturação do currículo em todo território brasileiro, o qual teve sua versão final, aprovada no dia 22 de dezembro de 2017, através da Resolução CNE/CP nº 2, no Governo de Michel Temer. Com isso acarretou-se desdobramentos para as vivências e práticas efetivas nas escolas, nos livros didáticos, na formação de professores, fazendo com que a inclusão aconteça no sentido de ampliar o acesso às escolas, sem que as propostas curriculares contemplem de fato as diferenças.

As instituições continuam se organizando em uma rede de dispositivos discursivos, legais, arquitetônicos e baseados na heteronormatividade. Os poucos programas multiculturais que incluem as diferenças de gênero e sexualidade, muitas vezes reforçam a exclusão, quando os sujeitos são vistos e tratados como algo a ser tolerado, apreciado ou, na maioria das vezes, simplesmente emoldurados em conformidades pontuais e burocracias, a exemplo de comemoração de datas comemorativas. De acordo com Miskolci (2012) a educação para a diversidade considera as relações de poder intocáveis, incluindo e tolerando, já no caso da educação para a diferença, ela é transformadora porque acredita na mudança das relações de poder por meio da presença, resistência, enfrentamento e construção de um processo educacional com rotas de fuga produtivas e criativas.

Desta forma, o currículo governamental é um documento organizado em torno de conteúdos que direciona para um discurso de educação para a diversidade, mas não há uma proposta de inclusão voltada para as questões de gênero e sexualidade. No próprio documento curricular brasileiro que é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as questões de gênero e sexualidade foram suprimidas a pedido de uma bancada conservadora e fundamentalista presente no Congresso Nacional. Essa supressão impede e demoniza o debate sobre a identidade de gênero e sexualidades nas escolas e na própria formação de professores, compreendendo que o sistema direciona a pedagogia da educação básica e superior a seguir as diretrizes curriculares sequestradoras das diferenças. De acordo com Furlani (2007) “na escola "os sexos", "as sexualidades" e "os gêneros" podem ser pensados como "monstros curriculares", pois são feitas representações moralistas que causam repulsa e medo por parte dos professores, professoras, direção, pais e mães que preferem o silêncio e a tranquilidade escolar à perturbação que exaspera a paz social, cultural e política.

Essas representações fazem parte de diferentes estratégias e exercícios que tem por objetivo selecionar os conteúdos que importam a um grupo dominante, àqueles que devem ser privilegiados e os que devem ser evitados nos currículos.

Assim, o que é evitado e o que não está escrito, se constitui em um currículo implícito que ensina muito mais do que conteúdos, ele imprime normas, comportamentos, forma identidades sociais, é também o que se classifica como currículo oculto (SILVA, 1999). Segundo Louro (2019), a escola é uma das instituições, que usa o currículo implícito e operacionaliza os dispositivos heteronormativos, quando separa em filas os meninos das meninas, proíbe os desejos pessoais, define as cores, vestimentas e brinquedos para cada gênero, corrige a tonalidade de voz e escolhe se silenciar quando percebe as piadas e brincadeiras violentas, com aqueles/aquelas que não se enquadram nesse projeto de normalização.

Esse processo que evita e exclui não é nada neutro, foi pensado e planejado, considerando que “acadêmicos, cientistas e educadores desinteressados e imparciais determinam por dedução lógica e filosófica, aquilo que convém ensinar às crianças, jovens e adultos” (SILVA, 2005, p. 8). Desta forma, o currículo passa a ser um veículo de ideologia que exerce um papel importante na formação da identidade social.

Diante disso, “é preciso reconhecer que suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, têm ‘efeitos de verdade’, constituem parte significativa das histórias pessoais” (LOURO, 2019, p. 25). A educação formal atua com esse poder de eleger a verdade, impor e propor, formar para os interesses da primazia social. Mas de qual sociedade estamos falando? De uma sociedade justa e igualitária ou de uma sociedade preconceituosa e violenta? Responder esses questionamentos é necessário, urgente, uma vez que é no campo científico que surgem as teorias que podem dismantlar ou fazer pensar de forma crítica o projeto violento da normalização que produz as subjetividades.

Com isso, o desígnio é atravessar o projeto normalizador com diferentes e subversivas frentes curriculares que ultrapassem as fronteiras da heteronormatividade, propondo estratégias de renovação de táticas, de construção ou invenção de uma educação que perturbe e provoque as verdades naturalizadas pela norma. Um enfrentamento que é político, exige romper, enfrentar, desestabilizar as fortes barreiras dos governos ultraconservadores que dificultam a proposta de um currículo favorável às múltiplas expressões da diferença. Uma inclusão feita por uma pedagogia da diferença, com um currículo que produz saberes pela convivência com as diferenças, com docentes

questionadoras/es, dispostos a pensar, conhecer, duvidar, buscar e desconstruir conhecimentos legitimados como verdadeiros e únicos.

O entendimento sobre currículo escolar adquire um novo sentido quando reconhecemos à atitude centralmente produtiva do currículo. Assim, o currículo é percebido como algo que se movimenta e ao se movimentar muda de “cara”. Estas mudanças produzem novos efeitos. Estes efeitos ajudam a construir os alunos e alunas e esta construção se aplica nos diferentes convívios dos diferentes grupos sociais. Estas convivências também terão efeitos sobre outros currículos que terão efeitos sobre outras pessoas. Ou seja: Nós fazemos o currículo e o currículo nos faz. (SILVA, 1999, p.194).

O currículo passa a ser uma possibilidade de efetivação da pedagogia *queer* produzindo uma relação de desconstrução de um projeto normativo, excludente e que, segundo Louro (2021) estará voltado para a construção de todas as identidades, de possibilidades de discussões com os sujeitos *queer*, na relação do eu com o outro, na problematização sobre as formas de constituição das subjetividades, na desconstrução dos processos pelos quais alguns sujeitos foram se tornando normalizados ou marginalizados. Esse processo de construção surge no bojo das experimentações subjetivas forjadas nas instituições educacionais, onde os sujeitos da diferença possam dialogar e estar presentes nos poderes decisórios, nas relações de conflitos, disputas e negociações necessárias para as transformações e construções de novos saberes.

O que é alvitado são fazeres e experimentações pedagógicas com a manifestação do poder daqueles que são estranhos, *queer*, daqueles que podem “transgredir a lógica estabelecida, pensar o impensável, admitir o insuportável, atravessar os limites” (LOURO, 2021, p. 93). Desta forma a diferença fará parte da composição de um currículo que permite a presença e construção de novos saberes para ser “compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria dentro, integrada e constituindo o eu” (LOURO, 2021, p. 45). Uma forma de desnaturalizar os valores, saberes e paradigmas hegemônicos da educação, compreendendo “o aprendizado como algo que se constrói incessantemente em um diálogo com o que nos causa estranheza, ou seja, no contato com as diferenças” (MISKOLCI, 2012, p. 12).

Desta forma, torna-se manifesto o que é negado, sujeitado, formado e constituído dentro das relações de poder/saber normalizadora, possibilitando visualizar “pela análise e pela desconstrução, como nessas instâncias, poder e resistência se exercitam, como as dicotomias e oposições são fabricadas” (LOURO, 2007, p.217). Essa necessidade de desconstrução é fundamental para os sujeitos que fazem a educação e que por falta de formação sobre as questões

de gêneros, se omitem, seja por medo ou preconceito, silenciam diante das diferenças de gêneros e multiplicidade sexuais, ampliando um currículo que conserva práticas de vigilância, punição, silenciamento, ou produções normativas como estratégias de controle dos discentes e docentes. Um currículo construído pela diferença é possível quando o docente está aberto para experienciar com os discentes o imprevisto, o novo, o não trilhado, e por isso criativo, potente, ou ainda, uma forma dialógica, igualitária e capaz de problematizar o sentido do educar.

O grande desafio na educação talvez permaneça o mesmo: o de repensar o que é educar, como educa e para que educar. Em uma perspectiva não normalizadora, educar seria uma atividade dialógica em que as experiências até hoje invisibilizadas, não reconhecidas, ou mais comumente, violentadas, passem a ser incorporadas no cotidiano escolar, modificando a hierarquia entre quem educa e quem é educado e buscando estabelecer mais simetria entre eles de forma a se passar da educação para um aprendizado relacional e transformador para ambos. (MISKOLCI, 2012, p. 51).

Um aprendizado relacional é aquele que acontece na relação dialógica entre docente/discente, entre às múltiplas e distintas faces, entre a beleza da alteridade e a potência que instaura o devir, a porta aberta para que o novo, o outro que não se precisa rotular, nomear, classificar, mas que chegue e faça parte, sem com isso precisar ser rotulado, classificado, ou por fim, enquadrado nos ditames dos dispositivos da marginalização. Um currículo que propõe questionar o que é conhecido, quais os saberes são ensinados e como conhecemos algo e também desconhecemos. Uma proposta de resignificação dos conhecimentos por um currículo vivo e arquitetado pelas experimentações com o outro e todas suas expressões de alteridade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Procuramos evidenciar em nossas ponderações como o projeto normalizador da educação institucional possui dispositivos voltados para o controle dos sujeitos nas questões de gênero, sexualidade, corpo e subjetividade. Uma discussão que exige a compreensão de que as instituições educacionais são espaços de construção social dos sujeitos, arquitetadas com estruturas baseadas em normas, valores e intenções que incluem os que se normalizam, e excluem os que não se deixam capturar.

Dentro desse contexto, propõe-se pensar uma transformação na educação a partir de uma teoria *queer*, baseada na transgressão e contestação das normas e práticas curriculares dos

processos educacionais formais conservadores e ultraconservadores. Uma proposta ousada da pesquisadora Guacira Lopes Louro, voltada para a construção de uma pedagogia e um currículo *queer*, capaz de romper com os discursos normativos que produzem os sujeitos, dentro da oposição heterossexualidade/homossexualidade, cisgeneridade/transsexualidade. Para isso, a presença ativa dentro das instituições educacionais, de forma consciente, dos sujeitos da multiplicidade sexual e de gênero, passa a ser uma metodologia de ensino/aprendizado fundamental para resistir e incomodar as relações de poder/saber da educação formal. Para Revel (2005), a resistência é a possibilidade de criar espaços de lutas, escapando dos dispositivos de identificação, classificação e normalização a partir das transgressões. Serão os sujeitos da diferença que construirão uma pedagogia e um currículo *queer*, sem a intenção de prescrever ações corretivas que envolva o dualismo ou o encerramento dos conflitos, mas que aceite “discutir e dismantelar” a lógica que construiu e legitimou os processos normativos da educação. A proposta de Louro (2021) referente à uma educação, pedagogia e um currículo *queer* endereçados a todos e todas, sem nenhum tipo de distinção, assumindo um caráter intencionalmente incompleto, desconcertante e provocativo, que embora pareça arriscado, possibilita uma educação que faz pensar sobre o preconceito, a homofobia, a misoginia, a intolerância e o discurso de ódio ensinado por aqueles que não toleram os modos de ser e viver distintos dos seus.

A problematização da temática de gênero e sexualidade tem como proposta, desvelar os modos que se produz a normalidade e a diferença na educação escolar, demonstrando a necessidade de uma educação que inclua em seu currículo, metodologia e cultura, a teoria *queer* como possibilidade de rompimento com o projeto normalizador. Um ensaio que fundamente com conceitos teóricos e encoraje os educadores que são atravessados por inquietude, insegurança e temor em trabalhar as questões de gênero e sexualidade na educação. Que seja a abertura de um itinerário para a desconstrução histórica e cultural do projeto normalizador que nos constitui, e a construção de uma educação libertária, que garanta o direito à pluralidade, o respeito às diferenças e a construção coletiva de uma sociedade mais justa e igualitária, onde as pessoas possam ser e viver conforme seus próprios desejos e reconhecimento.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



DELEUZE, G. O que é um dispositivo? In: Deleuze, G. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Nova Vega, p. 86-93, 2015.

DINIS, Nilson Fernandes e Pamplona, Renata Silva "Encontrando Bianca": discursos sobre o corpo-travesti. **Pro-Posições** [online]. 2014, v. 25, n. 2 [Acessado 14 Setembro 2022], p. 217-236. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73072014000200012>>. Epub 08 Ago 2014. ISSN 1980-6248. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072014000200012>.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 114, p. 197-223, novembro/2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

\_\_\_\_\_. **O sujeito e o poder**. IN: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1995. p. 231-249.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Taquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Editora Martins Fontes. São Paulo. 2008.

FURLANI, Jimena. Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual. **Educação em Revista** [online]. 2007, n. 46 [Acessado 22 Setembro 2022], p. 269-285. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-46982007000200011>>. Epub 11 Jan 2008. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982007000200011>.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**. Vol. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

\_\_\_\_\_. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 46, dez., 2007.

\_\_\_\_\_. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 3, n. 4, p. 62-70, 25 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo horizonte: Autêntica, p. 7-42, 2019.

\_\_\_\_\_. **Um corpo estranho.** Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, jan./jul. 2009.

\_\_\_\_\_. Teoria Queer: **um aprendizado pelas diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

\_\_\_\_\_. Estranhando as ciências sociais: notas introdutórias sobre teoria Queer. **Revista Florestan:** Graduação em Ciências Sociais da UFSCar, v 1, n. 2, p. 8-25, 2014.

PAMPLONA, R. S. **Pedagogias de gênero em narrativas sobre transmasculinidades.** 2017. Dissertação (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

REVEL, J. Foucault: conceitos essenciais. Trad. Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos. Clara Luz, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche:** A poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

\_\_\_\_\_. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.